

Provas de Remoção
Concurso de Serviços Notariais e Registro -1999

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA - CÓD. 01

QUESTÃO 1

Assinale a opção em que ambas as palavras CONTÊM hiato:

- a) papéis - suave
- b) rio - pessoa
- c) diurno - saudade
- d) assíduo - levei
- e) rua - queijo

QUESTÃO 2

Assinale a opção em que o elemento mórfico está CORRETAMENTE classifi-cado nos parênteses:

- a) levei (vogal temática)
- b) deixássemos (desinência modo-temporal)
- c) contávamos (desinência número-pessoal)
- d) recontar (sufixo)
- e) formoso (prefixo)

QUESTÃO 3

O termo destacado está CORRETAMENTE grafado em:

- a) Porque você não vem?
- b) Não sei porque você não vem.
- c) O caminho por que passei era difícil.
- d) E agora você vai embora. Porque?
- e) Estou triste por que sinto falta dele.

QUESTÃO 4

O plural dos substantivos compostos está CORRETAMENTE indicado em:

- a) obra-primas
- b) guardas-roupas
- c) pública-formas
- d) segundas-feiras
- e) altos-falantes

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa em que a forma verbal destacada foi empregada INCORRETAMENTE, de acordo com o padrão culto:

- a) O superior interveio na discussão, evitando a briga.
- b) Se a testemunha depor favoravelmente, o réu será absolvido.
- c) Quando eu reouver o dinheiro, pagarei a dívida.
- d) Quando você vir Campinas, ficará extasiado.
- e) Ele trará o filho, se vier a São Paulo.

QUESTÃO 6

Assinale o único item em que o emprego do infinitivo destacado está INCORRETO, segundo o padrão culto da língua:

- a) Deixei-os sair, mas procurei orientá-los bem.
- b) De hoje a três meses, podes voltar aqui.
- c) Disse ser falsas aquelas assinaturas.
- d) Depois de alguns instantes, eles pareciam estar mais conformados.
- e) Viam-se brilhar as primeiras estrelas.

QUESTÃO 7

Assinale o período em que há uma oração adjetiva restritiva:

- a) A casa onde estou é ótima.
- b) Brasília, que é capital do Brasil, é linda.
- c) Penso que você é de bom coração.
- d) Vê-se que você é de bom coração.
- e) Nada obsta a que você se empregue.

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa cuja frase está CORRETAMENTE pontuada:

- a) O Sol que é uma estrela, é o centro do nosso sistema planetário.
- b) Ele, modestamente se retirou.
- c) Você pretende cursar Medicina; ela, Odontologia.
- d) Confessou-lhe, tudo; ciúme, ódio, inveja.
- e) Estas cidades se constituem, na maior parte de imigrantes alemães.

QUESTÃO 9

Tendo em vista o emprego do pronome destacado, assinale a opção INCORRETA:

- a) Ele deu o livro para mim.
- b) Ele dera o livro para eu guardar.
- c) Ele estava entre Nair e eu.
- d) Não é difícil para eu ir lá.
- e) Ela chegou até a mim.

QUESTÃO 10

Assinale a única frase em que há erro de regência verbal, de acordo com a norma culta da língua:

- a) Visamos à promoção de todos os alunos.
- b) O juiz procedeu o início da audiência.
- c) Custou-lhe encaminhar as propostas.
- d) Lembrou-se de todas as análises feitas.
- e) Assistiram aos noticiários, assim que chegaram.

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO - CÓD. 02

QUESTÃO 11

A personalidade civil da pessoa humana começa a correr:

- a) aos 16 anos de idade.
- b) da concepção.
- c) da data do nascimento com vida .
- d) aos 18 anos de idade.
- e) aos 21 anos de idade.

QUESTÃO 12

São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, EXCETO:

- a) os pródigos.
- b) os menores de 16 anos de idade.
- c) os loucos de todo gênero.
- d) os surdos-mudos que não puderem exprimir a sua vontade.
- e) os ausentes, declarados tais por ato do juiz.

QUESTÃO 13

Responda a esta questão, assinalando a opção INCORRETA:

Se a pessoa natural:

- a) tiver várias residências onde alternadamente viva, considerar-se-á domiciliada em qualquer delas.
- b) não tiver residência habitual, o seu domicílio será onde for encontrada.
- c) tiver vários centros de ocupação habituais, considerar-se-á domiciliada naquele em que permanecer por mais tempo e, em caso de dúvida, em qualquer deles.
- d) for funcionário público, reputa-se domiciliado onde exercer as suas funções, desde que não sejam temporárias, periódicas ou de simples comissão.
- e) estiver presa, o seu domicílio será no lugar onde cumpre a sentença.

QUESTÃO 14

Assinale a opção CORRETA.

A lei complementar:

- a) visa à complementação da lei ordinária.
- b) é hierarquicamente inferior à lei ordinária.
- c) é votada por 2/3 dos membros das duas Casas do Congresso Nacional.
- d) pode ser revogada por lei ordinária.
- e) destina-se à regulamentação dos textos constitucionais.

QUESTÃO 15

São causas de interrupção do prazo prescricional, EXCETO:

- a) o protesto cambial registrado em Cartório de Protesto de Títulos.
- b) o protesto judicial.
- c) a citação válida em processo judicial.
- d) a apresentação do título de crédito em Juízo de inventário ou de concurso de credores.
- e) a habilitação de crédito em falência ou concordata.

QUESTÃO 16

A competência para o julgamento do recurso interposto contra decisão do Juiz ou do Corregedor-Geral de Justiça que aplica pena disciplinar a serventuário é:

- a) das Câmaras Criminais Isoladas
- b) da Corte Superior
- c) do Grupo de Câmaras Criminais
- d) do Conselho de Magistratura
- e) das Câmaras Cíveis Isoladas

QUESTÃO 17

O Promotor de Justiça será processado e julgado pela prática de crime comum:

- a) pelo Juiz de Direito de primeiro grau, com recurso para o Tribunal
- b) pela Corte Superior do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- c) pelo Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais
- d) pelo Grupo de Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

e) por Câmaras Criminais Isoladas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

QUESTÃO 18

Numa ação judicial, o Juiz extingue o processo, sem julgamento de mérito, por ter acolhido preliminar de ilegitimidade ativa de parte argüida pelo réu, tendo o autor interposto recurso adequado. O ato do juiz é denominado:

- a) despacho ordinatório
- b) decisão interlocutória
- c) despacho
- d) sentença
- e) acórdão

QUESTÃO 19

Assinale a afirmativa CORRETA:

- a) O Corregedor-Geral de Justiça pode organizar modelos de livros a serem usados em serviços notariais, nos termos da legislação apropriada.
- b) Ao Corregedor-Geral de Justiça incumbe proceder, na Capital, anualmente, a correções dos serviços notariais e de registros, não podendo delegar essas atribuições.
- c) A fiscalização dos serviços notariais e de registro deve ser executada pelo Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- d) O Corregedor-Geral de Justiça pode editar normas técnicas para o bom andamento dos trabalhos notariais, desde que aprovadas previamente pelo Conselho de Magistratura.
- e) Ao Corregedor-Geral de Justiça compete aplicar, com exclusividade, penas disciplinares por infrações praticadas no exercício de funções notariais.

QUESTÃO 20

A competência jurisdicional do Tribunal de Justiça e a do Tribunal de Alçada do Estado são estabelecidas:

- a) por Lei Ordinária Federal
- b) pela Constituição Federal
- c) pela Lei de Organização Judiciária
- d) pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça
- e) pela Constituição do Estado de Minas Gerais

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO NOTARIAL E DE REGISTRO - CÓD. 03

QUESTÃO 21

Assinale o enunciado CORRETO.

Serviços Notariais e de Registro são:

- a) Serviços privados.
- b) Serviços públicos delegados, exercidos em caráter privado.
- c) Serviços públicos sem regime de concessão.
- d) Serviços públicos em regime de permissão.
- e) Serviços privados exercidos por titulares de cargos efetivos do Estado.

QUESTÃO 22

Assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) Somente pelo registro da escritura pública de compra e venda no registro de imóveis competente, transfere-se a propriedade do bem imóvel do vendedor para o comprador.
- b) Notários e registradores são profissionais do direito.
- c) Certidões expedidas por notário ou registrador no exercício de sua profissão têm presunção de verdade.
- d) Notários e registradores são livres para escolher o sistema de sua preferência para arquivamento e reprodução da documentação relativa a seus serviços.
- e) Notários e registradores são delegados da União, porque é da União a competência privativa para legislar sobre registros públicos e sobre condições para o exercício das profissões.

QUESTÃO 23

Os serviços notariais e de registro têm como finalidade específica, de acordo com a Lei Federal 8.935/94:

- a) Garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.
- b) Resguardar o direito de propriedade.
- c) Proteger os direitos da mulher e do menor.
- d) Colaborar para o aperfeiçoamento democrático.
- e) Valorizar a profissão do advogado.

RESPONDA ÀS QUESTÕES DE 24 A 30, ASSINALANDO A AFIRMATIVA INCORRETA.

QUESTÃO 24

- a) A alienação fiduciária pode ter como objeto imóvel concluído ou não.
- b) Por força da Lei Federal 9.514/97, o contrato que institui alienação fiduciária de coisa imóvel, quando celebrado com pessoa física, só pode ser formalizado por escritura pública.
- c) Os litígios entre as partes, relativos a contratos referentes a financiamento imobiliário, podem ser dirimidos por arbitragem.
- d) As operações de financiamento em geral podem ser garantidas por hipoteca.
- e) O contrato que institui alienação fiduciária de coisa imóvel deve ser registrado no serviço de registro de imóveis competente.

QUESTÃO 25

- a) O Juiz Diretor do Foro pode estabelecer normas técnicas sobre a feitura dos atos notariais ou de registro.
- b) Notários e registradores aposentados e filiados têm direito a votar e ser votados no sindicato de sua categoria.
- c) A omissão de notários ou de registradores na fiscalização dos tributos incidentes sobre os atos praticados por eles ou perante eles, torna-os solidariamente responsáveis, se for impossível exigir-se do contribuinte o cumprimento da obrigação.

- d) Criada nova comarca desmembrada de outra, e prevista para a mesma estrutura própria notarial e de registro, o titular de serventia da comarca que sofreu o desmembramento passa a exercer sua delegação, por força de lei, na comarca nova.
- e) O termo "impostos", contido no art. 30 -XI, da Lei Federal nº 8.935, deve ser entendido em sentido amplo, como "tributos", por força do Código Tri-butário Nacional.

QUESTÃO 26

- a) A delegação a notário ou a registrador, uma vez homologado o concurso, será outorgada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.
- b) No caso de remoção, o exercício dos novos serviços deve ser assumido em 15 dias contados da data da publicação do ato.
- c) No ato da posse, o notário ou o registrador deve apresentar declaração de bens.
- d) Havendo empate entre dois candidatos que não ocupam cargo público e têm o mesmo tempo de titularidade de serviço notarial e de registro, a preferência na classificação será dada ao mais idoso.
- e) A validade dos concursos para notários e registradores expira com a posse e exercício do candidato classificado.

QUESTÃO 27

- a) Notário e registrador não podem praticar pessoalmente ato de seu ofício, de interesse de bisnetos seus.
- b) Notários e registradores podem assumir cargo em comissão no Estado, contanto que se afastem da atividade notarial ou de registro.
- c) Na Capital do estado, o serviço de registro de imóveis não é acumulável com serviço notarial.
- d) Deputado estadual no exercício do mandato não pode, simultaneamente, exercer as atividades notariais ou de registro.
- e) Por serem profissionais do direito, os notários e registradores podem exercer a advocacia fora da comarca para a qual receberam a delegação.

QUESTÃO 28

- a) Extinguir-se-á a delegação ao notário ou ao registrador que for acometido de doença incurável que o incapacite para o exercício da delegação.
- b) A pena de suspensão da delegação a notário ou a registrador em comarca de entrância inicial é imposta pelo Corregedor-Geral de Justiça do Estado, verificada falta grave.
- c) A Lei Federal nº 8.935/94, que dispõe sobre os serviços notariais e de re-gistro, não considera o limite de idade de setenta anos completos como causa extintiva da delegação.
- d) Extinta a delegação a notário ou a registrador, seu substituto mais antigo tem o direito de ser designado para responder pelo expediente da serventia até que, após o concurso devido, seja outorgada nova delegação.
- e) Notário e registrador podem renunciar à delegação que lhes foi outorgada.

QUESTÃO 29

- a) A profissão de notário ou de registrador impõe o resguardo do sigilo sobre documentos e assuntos de natureza reservada.
- b) Quando o titular da delegação e seu substituto forem acusados de faltas graves e houver necessidade de seu afastamento, o Juiz Diretor do Foro designará interventor para responder pelos serviços.
- c) Inexistência de tabelas de emolumentos em vigor, em local de acesso fácil para os usuários, constitui infração punível pelo Juiz Diretor do Foro.
- d) Só não se aplicam aos notários e registradores as normas contidas na Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado que definem o regime e o processo disciplinar, numa única hipótese: quando elas colidirem com as disposições da Lei Federal nº 8.935/94, que é a lei que dispõe sobre serviços notariais e de registro.
- e) Notários e registradores são obrigados, por lei, a mostrar a advogados, independentemente de procuração, e no recinto da serventia, a documentação existente.

QUESTÃO 30

- a) Escrevente substituto se provar exercício de atividade notarial e de registro por 10 (dez) anos completos pode concorrer a concurso de provimento de serventia mesmo que não seja bacharel em Direito.
- b) Não há imposição legal que exija aprovação, pelo Juiz Diretor do Foro, dos nomes dos substitutos a ele encaminhados por notário ou registrador.
- c) O Juiz Diretor do Foro deve fiscalizar o gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro, uma vez que tais serviços, embora exercidos em caráter privado, são públicos.
- d) O Governador do Estado para outorgar delegação a notário ou a registrador, deve respeitar a ordem de classificação dos candidatos que participaram do concurso devido.
- e) O substituto mais antigo do notário ou do registrador que será designado para responder pelo expediente na hipótese de vacância da serventia, nem sempre será aquele que foi designado pelo titular, para responder pelos serviços, nas ausências e impedimentos do mesmo.

QUESTÃO 31

Um Tabelião de Notas de Belo Horizonte recebe pedido para que pratique determinado ato notarial de expressiva relevância, valor e complexidade na sede da empresa localizada no Município e Comarca de Nova Lima. Você pode atender a esse pedido?

- a) Sim, porque o solicitante tem todo o direito de escolher livremente o Tabelião de sua inteira confiança, para redigir-lhe os atos notariais.
- b) Não, porque os atos notariais só podem ser lavrados na Serventia.
- c) Sim, desde que lhe seja apresentado motivo relevante que impeça o deslocamento do solicitante à sua Serventia.
- d) Não, porque o Tabelião só pode praticar atos de seu ofício dentro do Município para o qual recebeu delegação.
- e) Sim, desde que compareçam ao ato duas testemunhas.

QUESTÃO 32

Assinale a afirmativa CORRETA:

- a) Quando uma Serventia for desdobrada ou desmembrada, o Tabelião Titular da antiga tem o direito de optar por qualquer uma das novas.
- b) Por exercer atividade pública, o Tabelião não pode filiar-se a associações ou sindicatos de classe.
- c) O Tabelião deve dar absoluta prioridade, em qualquer circunstância, ao atendimento das solicitações ou requerimentos feitos pelas autoridades administrativas.
- d) O Notário perceberá, pelos atos que praticar, emolumentos fixados de acordo com tabela que organizar, levando-se em consideração a complexidade e extensão dos atos, e a expressividade dos valores neles envolvidos.
- e) O Notário deve manter organizadamente em seu arquivo, sempre atualizadas, todas as leis e regulamentos expedidos pela União e pelo Estado.

QUESTÃO 33

Tabelião de Notas, competente e de certa representatividade em sua cidade, é convidado pelo Prefeito para ocupar secretaria na Administração Municipal.

Ele pode aceitar o convite?

- a) Pode sim, desde que renuncie expressamente aos vencimentos do cargo a ser exercido em comissão.
- b) Não pode aceitar o convite, pois o Tabelião está proibido de exercer qual-quer atividade diversa da notarial.
- c) Não pode aceitar o convite, pois a Constituição proíbe a acumulação remunerada de cargos e/ou funções públicos.
- d) Pode aceitar o convite, mas ficará afastado da Serventia desde a posse no cargo municipal.
- e) Pode sim, desde que haja compatibilidade de tempo e de função no exercício de ambas as atividades, sem prejuízo para nenhuma das duas.

QUESTÃO 34

O pai de um Tabelião de Notas está adquirindo uma fazenda no seu município e deseja lavrar a escritura na Serventia do seu filho. Isso é possível?

- a) Sim, desde que haja expressa autorização da Corregedoria de Justiça ou do Diretor do Foro.
- b) Sim, pois, nos termos da lei, é livre a escolha do Tabelião de Notas, qual-quer que seja o domicílio das partes ou o lugar da situação do imóvel objeto da compra e venda.
- c) Sim, pois, sendo o vendedor pessoa estranha à família do Tabelião, não tendo com ele qualquer parentesco, não há impedimento algum para que a escritura seja lavrada pessoalmente pelo próprio Tabelião.
- d) Não. A escritura não pode ser lavrada de forma alguma na Serventia do filho, nem por intermédio de Escrevente Substituto, em virtude de expressa proibição legal.
- e) Sim, mas o ato deverá ser lavrado por Escrevente Substituto que não seja cônjuge ou parente dos contratantes, até o terceiro grau, na linha reta ou colateral, consangüíneos ou afins.

QUESTÃO 35

Certo tabelião foi solicitado por advogado para lavrar testamento, fora da serventia, de um fazendeiro casado, que se achava hospitalizado. Foi apresentada minuta completa do pretendido testamento. Em vista disso, o tabelião escreveu previamente em cartório todo o testamento e, em seguida, determinou a um de seus escreventes que se dirigisse ao hospital, lesse em alta voz o testamento ao testador e lhe colhesse a assinatura, bem como das testemunhas. No hospital estavam presentes apenas 3 testemunhas, mas as 2 faltantes foram substituídas por auxiliares do cartório. Falecido o testador, um dos herdeiros sentiu-se prejudicado e conseguiu anular em juízo o testamento.

O tabelião tem alguma responsabilidade no caso?

- a) Sim, porque deixou de observar várias das formalidades legais, declaradas essenciais para a feitura do testamento, dando causa à sua anulação. Assim, responde civil e criminalmente pelos danos causados aos interessados.
- b) Não, porque a escritura do testamento foi, afinal, lavrada pessoalmente por ele, tabelião, de inteiro acordo com a minuta preparada pelo advogado do testador, foi lida a este último e por ele assinada, juntamente com 5 testemunhas.
- c) O tabelião não tem nenhuma responsabilidade no caso, pois o testamento não era nulo de pleno direito. A nulidade adveio de uma decisão judicial.
- d) Sim, o tabelião é responsável pela anulação do testamento, porque, vendo

sobre bens imóveis e sendo casado o testador, deixou de colher, na escritura pública, a assinatura de sua mulher.

e) Não, porque o testador se achava completamente lúcido, leu e assinou o testamento, que bem expressava a sua última vontade. Na interpretação dos atos jurídicos se haverá de atender mais à substância do que à forma pelos quais são praticados. O direito moderno não consagra formas caba-lísticas, sacramentais, para validade dos atos jurídicos.

QUESTÃO 36

Tem o Tabelião de Notas de Belo Horizonte competência para lavrar escritura de compra e venda, sendo partes contratantes pessoas físicas domiciliadas nesta Capital e tendo por objeto imóvel urbano legalizado situado em outro Estado da Federação?

- a) Não, por ferir expressa previsão legal.
- b) Sim, por haver expressa previsão legal.
- c) Sim, desde que recolhido previamente o ITCD.
- d) Sim, desde que recolhido previamente o tributo devido e apresentada a certidão negativa de débitos do vendedor para com o INSS.
- e) Sim, desde que se apresente a certidão de quitação de tributos federais do vendedor e se recolha o tributo devido antes da apresentação do título ao Registro de Imóveis.

QUESTÃO 37

Tabelião de Notas faleceu em pleno exercício do cargo. Automaticamente, o Escrevente Substituto mais antigo assumiu a Serventia. Foi CORRETO o procedimento?

- a) Não, porque esse Escrevente Substituto, embora fosse o mais antigo, não era, contudo, o funcionário com maior tempo de serviço no Tabelionato de Notas.
- b) Sim, porque a vacância da Serventia se deu com a morte do titular, sendo automática a assunção do cargo pelo Escrevente Substituto mais antigo.
- c) Não, porque o juízo competente deveria declarar vaga a Serventia e designar o Substituto mais antigo para responder pelo expediente, até a realização de concurso público.
- d) Sim, desde que o referido Escrevente Substituto seja Bacharel em Direito.
- e) Não, porque, embora sendo o Escrevente Substituto mais antigo, seu ingresso no Tabelionato de Notas se fez há pouco mais de dois anos.

QUESTÃO 38

Tabelião de Notas é suspenso preventivamente por 90 dias, para apuração de falta grave que lhe foi imputada. Assinale a afirmativa CORRETA:

- a) Durante a suspensão, o Tabelião perceberá metade dos emolumentos arrecadados pelo Tabelionato.
- b) Durante a suspensão, o Tabelião perceberá metade da renda líquida da Serventia.
- c) Durante a suspensão, o Tabelião perceberá dois terços da renda líquida da Serventia.
- d) Se for absolvido, o Tabelião receberá mais um terço dos emolumentos, cabendo a parte restante ao Interventor, seu substituto.

e) Se for condenado, o Tabelião devolverá tudo que houver recebido durante seu afastamento.

QUESTÃO 39

Escrevente Substituto, atuante e com clientela própria, em um momento de abertura financeira lançou mão de vultosa importância que lhe fora confiada por cliente particular seu, para pagamento de impostos devidos numa transação imobiliária.

Tabelião tem alguma responsabilidade no episódio?

- a) Sim, porque o Notário responde pelos danos causados a terceiros por seus prepostos, assegurado a ele o direito de regresso no caso de dolo ou culpa.
- b) Não, porque o desvio do dinheiro foi praticado pelo Escrevente Substituto, que é pessoa maior e capaz.
- c) Não, porque o Tabelião não teve a menor participação no ato.
- d) Não, porque a pessoa lesada era amiga e cliente particular do escrevente, pessoa maior e capaz.
- e) Não, porque o Tabelião só veio a tomar conhecimento do caso depois de acontecido. O cliente entendeu-se pessoalmente com o Escrevente Substituto e a ele entregou diretamente, mediante recibo, o dinheiro que depois veio a ser desviado.

QUESTÃO 40

Preposto de uma Serventia cobra de "A" emolumento excessivo ao que poderia cobrar por determinado ato praticado.

Relativamente a esse fato, configurando inobservância de prescrições legais ou normativas, é CORRETO afirmar-se:

- a) Em face da Lei de Proteção do Consumidor, o interessado deverá dirigir-se ao PROCON local que determinará a fiscalização da Serventia para apurar o alegado.
- b) Havendo comprovada urgência para a prática do ato, não é ilegal a cobrança de um adicional aos emolumentos, a esse título.
- c) Quando, para a prática do ato notarial, for necessária a realização de gestões e diligências fora do âmbito da Serventia, é justificada a cobrança de um adicional remunerativo sobre os emolumentos.
- d) Mediante representação do interessado, o Poder Delegante mandará apurar os fatos denunciados.
- e) Mediante representação do interessado, o juízo competente determinará a apuração dos fatos alegados.

PROVA ESPECÍFICA - CÓD. 04

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

QUESTÃO 41

A Lei de Registros Públicos arrola os atos e fatos que deverão ser inscritos em registro: o nascimento, a morte, e os atos e fatos que podem ocorrer entre esses

dois momentos importantes, tais como, casamento, emancipação, in-terdição por loucura ou prodigalidade etc. Assim, pode-se afirmar como certo que:

- a) todos esses atos e fatos são sempre levados a registro direta e exclusi-vamente ao oficial de registro civil, sem que haja, em quaisquer hipóteses, intervenção do judiciário.
- b) poderão tais atos ser formalizados por instrumento particular e levados a registro.
- c) esses atos e fatos deverão ser levados e confiados aos Oficiais de Re-gistro Civil, em certos casos, e em outros demandam a intervenção do poder judiciário para serem inscritos no registro.
- d) poderão ser certificados por qualquer dos modos geralmente admitidos como meio de prova comum e depois levados a registro.
- e) todas as respostas acima estão corretas.

QUESTÃO 42

A Lei de Registros Públicos especifica os atos suscetíveis de inclusão no Re-gistro Civil de Pessoas Naturais. Pode-se concluir daí, necessariamente, que:

- a) poderão admitir a inclusão no registro, de ofício, de atos circunstanciais na vida da pessoa que lhes modifiquem do estado civil, sem contudo esta-rem especificados na Lei.
- b) poderão admitir a inclusão no registro de atos circunstanciais na vida da pessoa que lhes modifiquem o estado, sem contudo estarem especifica-dos na Lei, mas por determinação judicial.
- c) sendo os atos modificativos do estado civil circunstâncias irrelevantes que não alteram o seu estado e os direitos dele decorrentes, podem ser inscritos no registro civil, independentemente das disposições legais per-tinentes.
- d) os Oficiais não poderão incluir no Registro Civil das Pessoas Naturais quaisquer outros atos ou fatos fora dos indicados na lei.
- e) o Oficial, portador de fé pública, está autorizado a instrumentalizar todos os atos da vida civil que ele reputar importantes.

QUESTÃO 43

Lavrando os registros que lhes são solicitados, os Oficiais de Registro Civil e seus subordinados devem fornecer todas as informações a respeito deles, pedidas pelas partes. Assim, a respeito das certidões e de seu fornecimento, é correto dizer, EXCETO:

- a) O prazo para a entrega da certidão é de 5(cinco) dias.
- b) A certidão poderá ser escrita a mão ou a máquina.
- c) A certidão de inteiro teor poderá ser feita em cópia reprográfica.
- d) A certidão de inteiro teor deve ser assinada pelo oficial ou seus substitu-tos legais.
- e) As certidões devem ser fornecidas a quem quer que as peça, mas o mo-tivo e o fim do pedido devem ser questionados.

QUESTÃO 44

Quanto ao local e prazo em que deve ser feito o registro de nascimento, em se tratando de declaração de registro que deva ser feito pela genitora, na falta do pai, assinale a opção CORRETA:

- a) Sessenta dias (60), já que a mãe tem mais quarenta e cinco dias (45), além dos quinze dias do prazo comum, podendo o registro ser feito no local do nascimento ou no local da residência da genitora.
- b) Quinze(15) dias, devendo o registro ser feito somente no local do nascimento.
- c) Trinta dias (30), devendo o registro ser feito no local da residência da genitora.
- d) Três meses, já que a lei amplia o prazo legal para a mãe a realizar o registro, podendo ele ser feito no local do nascimento ou no local da residência se diferente.
- e) Quarenta e cinco dias, já que a mãe tem mais trinta dias (30), além dos quinze dias do prazo comum, podendo o registro ser feito no local do nascimento ou no local da residência da genitora.

QUESTÃO 45

Um determinado casal, na constância do seu casamento, teve um filho nascido morto, decorridos 180 dias do início da gravidez. Assim, relativamente a esse fato e ao dispositivo legal que obriga a declaração do registro de nascimento, é INCORRETO afirmar:

- a) O que houve foi expulsão do feto, sem vida normal possível, sendo desnecessário o registro.
- b) Houve parto, porque este ocorre quando entre o início e o fim da gravidez decorre o prazo mínimo normal de 180 dias, sendo, no caso, necessário o registro.
- c) O registro em questão deverá ser feito no Livro "C AUXILIAR".
- d) O assento do registro será feito com os elementos que couberem dentre os mencionados no artigo 54.
- e) No assento do registro, será substituída a atribuição de nome pela menção a feto.

QUESTÃO 46

As pessoas relacionadas no artigo 52 da LRP são obrigadas a fazer a declaração de nascimento. Assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) As obrigações a que alude o artigo 52 são sucessivas. Conhecido o impedimento do antecedente, a obrigação passa ao subsequente.
- b) Na falta dos pais, as pessoas mencionadas no artigo terão o prazo, no mínimo igual ao dado à mãe, a contar do momento em que se esgotou o prazo legal dado aos pais.
- c) É contrária ao interesse público a liberdade ilimitada de declarar o registro, não sendo livre a qualquer pessoa assumir essa obrigação.
- d) Sendo a declaração feita pela mãe, na falta do pai, o prazo para o registro é prorrogado por mais quarenta e cinco dias.
- e) Na falta dos pais, as pessoas mencionadas no artigo terão o prazo, no mínimo igual ao dado à mãe, a contar do momento em que souberam do impedimento.

QUESTÃO 47

A Lei de Registros Públicos, no caso de alteração posterior de nome, requerida por mulher solteira, que viva com homem solteiro, com o fito de averbar o patronímico

desse seu companheiro, sem prejuízo de seus apelidos próprios, erige duas condições essenciais de admissibilidade do pedido, enunciadas no § 3º do artigo 57, quais sejam: anuência escrita do companheiro e prazo de cinco anos de convivência ou se "existirem filhos". Consideradas essas dis-posições e o sistema positivo de leis do país, é CORRETO afirmar:

- a) Pela interpretação correta do artigo e seu parágrafo, somente na hipótese de existência de dois filhos é que estaria atendida a condição legal, já que a lei usa a expressão "filhos", no plural.
- b) As condições previstas no parágrafo comentado devem ocorrer, todas, simultaneamente.
- c) A imposição do aguardo do quinquênio foi revogada implicitamente pela Lei posterior que regula a união estável (Lei 9.278/96), que não a incluiu nos seus dispositivos.
- d) Ocorrendo as hipóteses da convivência pelo prazo de cinco anos e a existência de dois filhos, o pedido feito prescinde a anuência do compa-nheiro.
- e) A existência de um só filho e a convivência por prazo inferior a 5 anos não atendem a condição legal disposta no artigo, impossibilitando o re-querimento.

QUESTÃO 48

Em se tratando de assentamento de registro de irmãos gêmeos, é INCORRETO afirmar:

- a) Existem restrições à liberdade de escolha do nome pelos pais, em prol do bem maior, que é a individualização do sujeito, pelo nome.
- b) A Lei dá ao declarante opção pelo prenome duplo, quando os prenomes forem iguais.
- c) Pode, ainda, em caso de se atribuir prenome igual aos gêmeos, atribuir-lhes nome completo diverso.
- d) Em caso de necessidade de comprovação da ordem de nascimento dos gêmeos, para fins de direito, a prova da ordem de nascimento será feita pelo registro civil.
- e) Não há necessidade de observação de rigor na ordem do registro de nas-cimento deles, pois daí não decorrerá direito algum.

QUESTÃO 49

Sobre as assertivas firmadas em torno dos proclamas na habilitação para o casamento, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) A dispensa da publicação dos proclamas é excepcionalidade, porque os proclamas destinam-se a permitir a suscitação dos impedimentos para o casamento.
- b) Proclama é o Edital do casamento, publicado pelo Oficial do Registro Ci-vil.
- c) Em todas as hipóteses possíveis de dispensa de publicação de procla-mas, há necessidade de prévia autorização judicial.
- d) A dispensa dos proclamas é permissão judicial para o não-cumprimento da obrigação de divulgar previamente o casamento pretendido.
- e) Sendo denegatório o pedido de dispensa da publicação dos proclamas, terão eles que ser publicados na forma regular do artigo 67 da LRP.

QUESTÃO 50

Sobre a legitimação adotiva, marque apenas a afirmativa INCORRETA:

- a) O registro da adoção é feito no registro civil dos adotantes.
- b) O mandado do registro da sentença será arquivado, dele não podendo oficial fornecer certidão.
- c) O registro da adoção apaga os vínculos de parentesco, consangüíneos ou afins, inclusive para verificação e aplicação dos impedimentos matrimoniais.
- d) Excepcionalmente e por determinação judicial, em segredo de justiça, a certidão do mandado de registro da sentença será fornecida, para salva-guarda de direitos.
- e) A adoção é irrevogável e atribui condição de filho ao adotado.

QUESTÃO 51

Sobre as averbações, é INCORRETO afirmar:

- a) A averbação de retificação prescinde de ordem judicial.
- b) A averbação é ato privativo do oficial ou do funcionário autorizado.
- c) A averbação é fato jurídico que modifica ou cancela o registro.
- d) Tratando-se de cumprimento de ordem judicial, é necessário para a averbação o mandado judicial ou a carta de sentença.
- e) O oficial de registro pode agir de ofício.

QUESTÃO 52

Quanto aos cuidados com as averbações, é CORRETO afirmar:

- a) Quando artigo da lei menciona que a averbação será feita mediante a indicação minuciosa da sentença ou ato que a determinar, está se referindo à mesma coisa.
- b) A averbação não pode decorrer de um despacho judicial interlocutório.
- c) A sentença a ser averbada é a decisão pela qual o magistrado determina a prática do ato, independente do término do processo.
- d) Não cabe ao oficial interpretar, ainda que em sentido amplo, o significado da sentença, mas guardar rigor na fidelidade da transcrição do mandado.
- e) A averbação tem forma específica e, mesmo guardando fidelidade ao mandado, não pode ser transposta em resumo.

QUESTÃO 53

Na escrituração dos livros é permitido:

- a) As rasuras, entrelinhas serão ressalvadas no fim de cada assento e depois da subscrição e das assinaturas.
- b) Pode haver rasuras ou eliminação de rasuras de textos já lançados por processos químicos que não deixem marcas.
- c) A escrituração é feita em ordem cronológica de declarações, não podendo ser usadas abreviaturas nem algarismos.
- d) Se o erro é descoberto durante o ato de assentamento, o oficial escreve "digo", em seguida repete a última palavra correta e prossegue no lançamento normal.
- e) A rasura com palavras sobre o mesmo lugar em que o primeiro escrito foi lançado.

QUESTÃO 54

Sobre a correção de erros de grafia constantes dos assentos do cartório, é INCORRETO afirmar:

- a) O pedido assinado pelo interessado, ou por procurador seu, independe de pagamento de selos e taxas.
- b) Quando a prova depender de dados existentes no próprio cartório, poderá o oficial certifi-cá-lo nos autos.
- c) A correção dos erros de grafia é sempre processada pelo próprio cartório onde se encontrar o assentamento.
- d) Se deferido o pedido, deverá ser a retificação averbada à margem do re-gistro, mencionando o número do protocolo, a data da sentença e seu trânsito em julgado.
- e) Havendo impugnação do órgão do Ministério Público ou entendendo o Juiz que o pedido exige maior indagação, mandará distribuir os autos a um dos cartórios da circunscrição, caso em que a retificação se processa-rá, com assistência de advogado, observado o rito sumaríssimo.

QUESTÃO 55

Para que a correção do erro de grafia tome feição contenciosa, é necessário:

- a) que a prova não esteja convincente, porque não encontrável nos próprios assentos do cartório.
- b) entender o Juiz que o pedido exija maiores indagações e/ou haver impug-nação do Ministério Público.
- c) que ocorra hipótese de homonímia, porque aí terceiros poderiam ser pre-judicados.
- d) que o interesse em questão repercuta na esfera de interesse do poder público.
- e) Nenhuma das opções acima é correta.

QUESTÃO 56

A justificação em matéria de registro civil, para restauração, retificação ou abertura de assento é constitutiva e declarativa de prova, representando ação cautelar, possivelmente acessória. Assim, é INCORRETO afirmar:

- a) Seu propósito é afirmar existência de algum fato ou relação jurídica, para simples documentos ou para servir de prova em processo regular.
- b) Da decisão não cabe recurso.
- c) Mesmo manifestando-se os interessados, o feito não toma caráter con-tencioso, por expressa definição legal.
- d) Nenhuma justificação em matéria de registro civil, para retificação, restau-ração ou abertura de assento, será entregue à parte.
- e) Não é vedado ao Juiz pronunciar-se sobre o mérito da prova.

QUESTÃO 57

Após dar por terminado o ato do registro, tendo as partes interessadas ido embora para suas casas, o Oficial do Registro nota a existência de um erro no assento. Por ter decorrido pouco tempo do ato, ele manda chamar as partes de volta ao Cartório e retifica o ato. A respeito dessa situação, é CORRETO afirmar:

- a) O ato praticado é reputado inexistente e sem efeito jurídico.
- b) A possibilidade de retificação unilateral é ilimitada, para segurança do registro, sendo a prática lícita.

- c) Por tratar-se de corrigenda, o ato praticado só se validará com a publicação do ato retificado em edital, fazendo-se ressalva dela, ou seja, da retificação.
- d) É válido o ato retificatório, no caso, só depois de ratificado pelo Juiz de Direito.
- e) Para validade do ato em casos tais, é necessário ressaltar a retificação feita ao final do termo retificado, assinando-o todos os presentes.

QUESTÃO 58

18) Ao regular a forma e condições do registro da sentença declaratória de ausência, o artigo 94 da LRP, nos itens, refere-se aos dados que devem ser declarados como constantes do assento: 1- data do registro; 2- nome, idade, estado civil.....; 3- tempo de ausência até a data da sentença; 4- nome do promotor do processo; 5- omissis; 6- omissis. Ao referir-se, no item 4, a promotor do processo, quis a Lei referir-se:

- a) ao Promotor Público que funcionou no feito.
- b) ao declarado ausente.
- c) ao autor do pedido apresentado em Juízo.
- d) ao Defensor Público.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 59

Sobre o casamento iminente de risco de vida, é correto afirmar, EXCETO:

- a) A avaliação do iminente risco de vida é subjetiva e não necessariamente técnica.
- b) Risco de vida é o ocorrente no momento da celebração, mesmo que o paciente venha a se recuperar.
- c) A autoridade competente, em cuja presença algum dos contraentes não pode comparecer, é aquela que, em condições normais, celebraria o casamento, se tempo houvesse, do lugar de residência do nubente ou não.
- d) Pode ser de ambos os cônjuges ou de apenas um deles.
- e) O iminente risco de vida não deve ser tal que impeça a livre manifestação da vontade do doente de contrair o matrimônio.

QUESTÃO 60

A prática dos atos notariais demonstra claramente, a respeito das definições e fins dos atos de anotação e averbação, que:

- a) a lei prática confunde o conceito das duas definições, tomando uma pela outra.
- b) a finalidade da averbação é modificar registro existente; a anotação se destina a recordar, para facilidade de buscas, os registros recíprocos, não atingindo direito da parte.
- c) inexistindo espaço suficiente para a anotação ou averbação, deverá ela ser resumida ao espaço que sobra na folha, não podendo haver continuação noutro livro.
- d) a falta de registro das anotações e remissões não implicará sanção administrativa, porque corrigíveis a qualquer tempo.
- e) Nenhuma das questões acima está correta.

PROVA ESPECÍFICA - CÓD. 06

SERVENTIA DE REGISTRO DE IMÓVEIS

QUESTÃO 41

Relativamente aos atos jurídicos, o Serviço de Registro de Imóveis se destina a garantir, EXCETO:

- a) sua validade em relação a terceiros.
- b) sua autenticidade.
- c) sua segurança.
- d) sua eficácia.
- e) sua propaganda.

QUESTÃO 42

Para a prática de seus atos, os Oficiais de registros de Imóveis estão sujeitos às normas que definirem a respectiva circunscrição geográfica, EXCETO para os atos relativos:

- a) a imóveis situados em mais de uma circunscrição geográfica.
- b) às desapropriações para abertura de vias férreas, que serão registrados no Serviço de Registro de cada comarca por onde passar a respectiva li-nha.
- c) às vias férreas e rodoviárias que serão registrados no 1º Ofício de Regis-tro de Imóveis da Capital do respectivo Estado, ou de Brasília, quando se tratar de estradas federais.
- d) às vias férreas que serão registrados no cartório correspondente à esta-ção inicial da respectiva linha.
- e) às vias férreas, que serão registrados no cartório correspondente à esta-ção terminal da respectiva linha.

NAS QUESTÕES DE 43 A 45, ASSINALE A AFIRMATIVA CORRETA.

QUESTÃO 43

Aberta a sucessão:

- a) Registra-se o formal de partilha apenas para permitir a disponibilidade.
- b) Abre-se o inventário dos bens do "de cujus", a fim de se permitir a transfe-rência do domínio da herança.
- c) Somente com a partilha dos bens opera-se a transferência do domínio e da posse dos herdeiros legítimos e testamentários.
- d) A transmissão dos bens aos herdeiros legítimos e testamentários depende da extração de um formal de partilha para cada um.
- e) Somente se opera a transmissão dos bens da herança com o registro do respectivo formal de partilha.

QUESTÃO 44

No Livro 3 do Registro de Imóveis, faz-se o registro:

- a) do inteiro teor dos títulos, a requerimento do interessado.
- b) das servidões instituídas sobre os imóveis.

- c) das citações de ações reais ou pessoais reipersecutórias relativas a imóveis.
- d) das transferências de imóveis a sociedades, quando integrarem quota social.
- e) das sentenças declaratórias de usucapião.

QUESTÃO 45

No Registro de Imóveis, faz-se:

- a) o registro do arrendamento, também denominado enfiteuse.
 - b) a averbação do aforamento ou enfiteuse.
 - c) o registro da enfiteuse.
 - d) a averbação do aprazamento.
 - e) simultaneamente, a transcrição do arrendamento e a inscrição da enfiteuse.
- NAS QUESTÕES 46 E 47, ASSINALE A AFIRMATIVA INCORRETA.

QUESTÃO 46

- a) No condomínio especial, qualquer condômino pode imitar estranhos na posse, uso e gozo de sua respectiva unidade, independentemente de consenso dos demais.
- b) O condomínio especial, previsto na Lei Federal nº 4.591/64, estabeleceu normas distintas das previstas para os condomínios, pelo Código Civil.
- c) No condomínio especial, cada condômino pode livremente alienar sua unidade autônoma.
- d) No condomínio previsto no Código Civil, nenhum condômino pode, sem prévio consenso dos outros, dar posse, uso ou gozo da propriedade a estranhos.
- e) A Lei Federal nº 4.591/64, regulamentando os condomínios e incorporações, revogou inteiramente a parte do Código Civil que cuida dos condomínios.

QUESTÃO 47

- a) A escritura lavrada em notas de tabelião tem fé pública e faz prova plena.
- b) A escritura pública é da substância de todo e qualquer contrato translativo de direitos reais sobre imóveis.
- c) Em todas as escrituras relativas a imóveis, o tabelião deve fazer referência à matrícula ou ao registro anterior, seu número e cartório.
- d) Para efeito de registro, a escritura será apresentada ao Oficial através de traslado ou de simples certidão.
- e) Não é da substância das promessas de compra e venda de imóveis a escritura pública, qualquer que seja o seu valor.

QUESTÃO 48

Assinale a afirmativa CORRETA:

- a) O usucapião de uma acessão deve ser registrado para transferir o domínio.
- b) A escritura de aquisição pela acessão depende de registro para operar a transferência do domínio.
- c) A acessão pela construção de obras deve ser obrigatoriamente averbada no Registro de Imóveis.
- d) Está sujeita à transcrição a sentença que, nos inventários, determinar a acessão.
- e) A acessão pela construção não está sujeita nem a registro nem a averbação no Registro de Imóveis.

QUESTÃO 49

O registro e averbação podem ser provocados:

- a) Por qualquer pessoa.
- b) Somente pelas partes juridicamente interessadas.
- c) Apenas pelo transmitente ou pelo adquirente, pelo credor ou pelo devedor.
- d) Só por quem haja participado do título apresentado.
- e) Somente pelo notário que haja lavrado o título.

QUESTÃO 50

Na constituição de renda, a Lei considera DEVEDOR, para fins de escritura-ção:

- a) o beneficiário.
- b) o rendeiro censuário.
- c) o constituinte arrendado.
- d) o usuário.
- e) o enfiteuta.

QUESTÃO 51

Para efeito da matrícula e registro das escrituras, a legislação anterior à atual Lei 6.015/73 está integralmente revogada ou:

- a) Aplica-se aos atos lavrados no período entre a Constituição de 1988 e a Lei nº 8.935/94, que regulamenta seu art. 236.
- b) Não se aplica mais a caso algum.
- c) Aplica-se excepcionalmente aos atos anteriores ao Código Civil.
- d) Aplica-se apenas aos atos posteriores à Lei Federal nº 6.015/73 e anteriores à Lei Federal nº 8.935/94.
- e) Aplica-se aos atos lavrados na vigência do Decreto Federal nº 4.857/39.

QUESTÃO 52

Na hipótese de registro de compra e venda de imóvel com alienação fiduciária, assinale o ato seguinte a ser praticado e CORRETAMENTE indicado:

- a) Averbação da consolidação da propriedade.
- b) Registro do termo de securitização.
- c) Registro do cancelamento da alienação fiduciária.
- d) Registro da alienação fiduciária.
- e) Averbação da alienação fiduciária.

QUESTÃO 53

No Registro de Imóveis haverá os seguintes livros, EXCETO:

- a) Nº 1 - Protocolo.
- b) Nº 5 - Registro Especial.
- c) Nº 2 - Registro Geral.
- d) Nº 3 - Registro Auxiliar.
- e) Nº 4 - Indicador Real.

QUESTÃO 54

No Registro de Imóveis, far-se-á:

- a) a averbação dos arrestos e seqüestros.
- b) o registro das penhoras.
- c) a averbação dos formais de partilha passados aos herdeiros.
- d) a averbação das servidões.
- e) o registro das decisões judiciais, recursos e seus efeitos, que tenham por objeto atos ou títulos registrados ou averbados.

QUESTÃO 55

O registro da incorporação imobiliária será válido:

- a) até que se concluem as obras de construção.
- b) até que sejam vendidas todas as unidades.
- c) pelo prazo de 1 ano.
- d) por prazo indeterminado.
- e) pelo prazo de 180 dias.

QUESTÃO 56

Após a concessão do "habite-se", a lei incumbe, em primeiro lugar, o dever de requerer a averbação da construção:

- a) ao incorporador.
- b) ao construtor.
- c) ao proprietário do terreno.
- d) ao adquirente da unidade autônoma.
- e) a qualquer interessado.

QUESTÃO 57

Para a averbação da baixa de construção superior a 70,00 m² de área, além da respectiva certidão da Municipalidade, a lei exige a apresentação:

- a) da guia de pagamento do ITCD.
- b) da CND da Receita Federal.
- c) da guia de pagamento do IPTU.
- d) da CND do INSS.
- e) de nenhum outro documento.

QUESTÃO 58

Aprovado pela autoridade competente, o projeto de desmembramento do solo urbano, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário:

- a) Quando algum adquirente de lote o exigir.
- b) No prazo de 1 ano.
- c) Quando iniciar as vendas dos lotes.

- d) Quando julgar conveniente.
- e) No prazo de 180 dias.

QUESTÃO 59

Apresentada a registro a documentação regular relativa a loteamento, após prenotá-la, o Oficial:

- a) fará publicar edital em 3 dias consecutivos.
- b) fará publicar edital uma única vez.
- c) dispensará a necessidade de publicação do edital.
- d) afixará o edital no próprio Cartório e no saguão do Foro Local.
- e) fará publicar o edital uma vez por semana durante um mês.

QUESTÃO 60

A prioridade dos títulos decorre:

- a) do número do respectivo registro no Serviço Registral competente.
- b) do número de ordem da respectiva prenotação no Protocolo do registro de Imóveis.
- c) da data de sua lavratura.
- d) da data da sentença que decidir a dúvida suscitada pelo Oficial.
- e) da preferência dos direitos reais.

PROVA ESPECÍFICA - CÓD. 07

TABELIONATO DE NOTAS

TABELIONATO DE NOTAS (1º Ofício)

TABELIONATO DE NOTAS (2º Ofício)

QUESTÃO 41

Pedro da Silva, brasileiro, casado com Maria da Silva sob o regime da comunhão universal de bens, de quem tem dois filhos menores, comerciantes, está sendo protestado por uma dívida de R\$15.500,00. Procura o Tabelião de sua cidade e solicita que este lhe lavre uma Escritura Pública de Instituição do seu único imóvel como Bem de Família. Como proceder a fim de que o objetivo colimado seja atingido?

- a) Havendo menores, necessito do comparecimento do MP.
- b) Peço que seja recolhido o ITBI e lavro a escritura.
- c) Não há como lavrar tal escritura.
- d) Havendo menores, peço a apresentação de Alvará Judicial.
- e) O instituto está derogado pela Lei 8.009/90.

QUESTÃO 42

José Gomes, brasileiro, solteiro, com 70 anos de idade, pede que lhe seja lavrada uma Escritura de Pacto Antenupcial, na qual estipula que o regime de bens a vigorar após a celebração de seu casamento será o da comunhão universal de bens. Declara o solicitante que vive maritalmente desde 1.975 com sua noiva,

Maria da Silva, brasileira, solteira, e dessa união nasceu uma filha. É possível tal ato?

- a) Não, pois aquele que conta mais de 60 anos só pode casar-se pelo regime legal da separação de bens.
- b) Sim, em razão da anterioridade da união e do fato de os nubentes terem filho comum.
- c) Não. O regime de bens hoje em vigor no País é o da comunhão parcial de bens.
- d) Não. O setuagenário, para a prática de atos notariais, depende de autorização especial.
- e) Não. Depende do consentimento da filha do casal.

QUESTÃO 43

Pedro Souto, casado com Marta Souto sob o regime obrigatório da separação de bens, pretende doar à esposa casa de morada de sua propriedade exclusiva. Procura a Serventia para que seja lavrada a Escritura. Como proceder?

- a) Não posso lavrar a escritura.
- b) Efetuado o pagamento do tributo devido e apresentadas as certidões exigidas à espécie, lavro o ato.
- c) Solicito que se proceda à retificação do regime de bens que vigora entre os cônjuges.
- d) Desnecessário tal ato, pois a esposa tem a meação de todos os bens do marido.
- e) Tal pretensão somente poderá ser atendida através de testamento.

QUESTÃO 44

Pedro Matos dispôs no seu testamento que a propriedade de um determinado imóvel rural fosse atribuída a seus quatro herdeiros, em partes iguais. Demais disso, no mesmo testamento, dispôs que a propriedade se mantivesse indivisível. Após o registro do Formal de Partilha, e passados 2 anos da morte de Pedro Matos, seus quatro filhos vão à sua Serventia e solicitam lhes seja lavrada Escritura Pública de Divisão Amigável. Como proceder?

- a) Não posso lavrar a escritura, pois este imóvel é indivisível por mais 3 anos.
- b) Não posso lavrar a escritura, pois a indivisibilidade imposta em testamento não pode ser derogada.
- c) Havendo acordo dos condôminos, lavro de pronto a escritura pretendida.
- d) Lavro imediatamente o ato, desde que a quota ideal de cada um dos condôminos seja igual ou superior ao módulo mínimo regional estabelecido pelo INCRA.
- e) Lavro de pronto a escritura, já que a indivisibilidade imposta pelo pai dos 4 herdeiros não prevalece, pois choca com o direito de propriedade e a livre circulação dos bens.

QUESTÃO 45

Para que seja lavrada uma escritura de compra e venda de um bem imóvel situado num terreno de marinha, além dos documentos, certidões estabelecidas na Lei 7.433/85, Decreto 93.240/86 e demais diplomas, e do pagamento do imposto devido, deve o Tabelião de Notas exigir o pagamento do laudêmio. Sendo omissos o Contrato de Aforamento, qual o percentual devido pelo alienante ao senhorio direto?

- a) de 0,5% até 2%, dependendo do valor da venda.
- b) 5%.
- c) depende do valor venal do bem.
- d) nada é devido.
- e) 2,5%.

QUESTÃO 46

Numa Escritura Pública de Venda e Compra, os Outorgantes Transmitedores foram qualificados como casados, quando, na verdade, à época da lavratura do instrumento, já se encontravam separados judicialmente. Tal fato passou despercebido de todos, e a escritura foi normalmente lavrada, assinada e encerrada. Em razão deste erro, corre o Outorgado Adquirente algum risco?

- a) Nenhum.
- b) A escritura é nula de pleno direito.
- c) Sim, mediante provocação motivada do Ministério Público.
- d) Sim, já que a partilha de bens no processo de separação é indispensável.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

QUESTÃO 47

Lucas Costa, brasileiro, solteiro, arquiteto, solicita que lhe seja lavrada procuração por instrumento público, na qual confere poderes a Martha da Silva, brasileira, viúva, do lar, para o fim especial de vender lote urbano de sua propriedade. Estabelece o Outorgante no Instrumento de Mandato a vedação expressa da Outorgada de substabelece-lo. Pode a mandatária, ainda assim, substabelecer tal procuração?

- a) Não, pois o instrumento de mandato somente pode ser substabelecido se houver autorização expressa.
- b) Não. Sendo a procuração um contrato, prevalece o princípio "pacta sunt servanda".
- c) Sim, mas a Substabelecete ficará responsável por todo e qualquer prejuízo causado ao Outorgante, mesmo aquele originado de caso fortuito.
- d) Não, pois trata-se de procuração específica para a venda de bem imóvel urbano.
- e) Sim, mas a Substabelecete ficará responsável por todo e qualquer prejuízo causado ao Outorgante, exceto aqueles originados de caso fortuito.

QUESTÃO 48

José da Silva procura a Serventia e solicita do Escrevente a lavratura de Escritura Pública de Compra e Venda de imóvel de sua propriedade, adquirido há 1 ano e registrado em seu nome, a Manoel dos Anjos. Lavrada, encerrada e registrada a escritura, o Adquirente descobre que o Vendedor possui companheira, há mais de 7 anos, em união estável, Como deve proceder ao Escrevente para resguardar os direitos do adquirente?

- a) Nada pode fazer, pois a companheira nada tem a ver com a venda, pois não é civilmente casada com o vendedor.
- b) Anular a escritura e lavrar outro ato em que seja vendedor o casal.
- c) Nada pode fazer, pois, estando registrada a escritura, a competência para qualquer retificação é do Oficial Registrador.
- d) Nada pode fazer, pois tal questão somente poderá ser solucionada pelo Poder

Judiciário.

e) Lavrar Escritura de Re-ratificação, à qual também compareça a compa-nheira do vendedor.

QUESTÃO 49

Em que caso a pessoa jurídica vendedora está dispensada de apresentar a CND/INSS e a Certidão de Quitação de Tributos Federais numa Escritura de Compra e Venda de imóvel?

- a) Quando o bem vendido é originário de incorporação ao patrimônio da em-presa em subscrição de capital.
- b) Quando a pessoa jurídica vendedora exerce exclusivamente a atividade de comercialização de imóveis ou quando o imóvel vendido não se acha incorporado em seu ativo imobilizado.
- c) Quando a vendedora exerce duas ou mais atividades, mas sua atividade preponderante é a de compra e venda de imóveis.
- d) Quando for pequeno o valor do bem vendido, inferior a 100 salários míni-mos.
- e) Quando a pessoa jurídica exerce exclusivamente a atividade de comercia-lização de imóveis e o bem transmitido não se encontrar incorporado em seu ativo permanente.

QUESTÃO 50

Deve o Tabelião de Notas exigir, à luz da legislação tributária do Estado de Minas Gerais, o recolhimento prévio do ITCD para lavrar-se Escritura Pública de Renúncia de Usufruto?

- a) Sim, pois existe previsão legal.
- b) Não, pois a lei mineira é omissa a respeito.
- c) Não, pela inexistência do sujeito passivo da obrigação tributária.
- d) Não, pela inexistência do fato gerador do tributo.
- e) Não, pois o usufruto é um direito pessoal do usufrutuário, e não um direito real.

QUESTÃO 51

Quando da lavratura de uma Escritura de Compra e Venda, foi apresentada ao Notário a CND/INSS da firma Vendedora. O Adquirente somente apresentou o título a registro 1 ano depois de sua lavratura, quando a CND/INSS já estava vencida. O Oficial Registrador não recepcionou o Instrumento, e solicitou que fosse lavrada outra escritura, mediante a apresentação de nova CND/INSS com prazo de validade ainda em vigor. O Adquirente, seu cliente, retorna à Serventia e lhe pede orientação. Qual das alternativas abaixo é a correta nes-se contexto?

- a) Peço a apresentação de nova CND/INSS da vendedora e lavro escritura ratificando a anterior.
- b) Tem razão o Registrador, pois a propriedade do imóvel só se transmite com o registro.
- c) Tem razão o Registrador, pois a quitação das obrigações previdenciárias do transmitente deve estar em vigor na data do registro.
- d) A escritura está perfeita, pois a prova da quitação das obrigações previ-denciárias da vendedora tem que ser feita no momento em que ela outor-ga a escritura e perante quem a lavra.

e) Tratando-se de operação realizada há mais de ano, comprovada pela escritura de compra e venda, que goza de fé pública, acha-se prescrita a necessidade da apresentação da CND/INSS.

QUESTÃO 52

Para a lavratura de Escritura Pública de Dissolução de Sociedade Mercantil, na qual imóvel a ela pertencente é transmitido a um dos ex-sócios, na proporção de sua participação social, é dispensável a apresentação de:

- a) Certidão atualizada da matrícula.
- b) Comprovante do recolhimento do ITBI.
- c) Identidade e do CPF do representante legal da empresa.
- d) Contrato Social e do Cartão do CNPJ.
- e) Certidão negativa de ônus reais.

QUESTÃO 53

Na Escritura Pública de Divisão e Extinção de Condomínio de lotes urbanos, já aprovados pela Municipalidade, não havendo para qualquer dos comunheiros acréscimo de quota material em relação à primitiva quota-ideal, é CORRETO afirmar-se:

- a) Não há incidência de ITBI, já que a divisão é meramente declaratória e não atributiva da propriedade.
- b) Há incidência de ITBI já que, em última instância, é como se fosse verdadeira permuta.
- c) Devem ser observadas as regras da Lei 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.
- d) Há incidência de ITBI pois, com a extinção do condomínio, cada ex-condômino estará recebendo certos e determinados lotes que lhe passam a pertencer com exclusividade.
- e) Há incidência de ITCD, pois se trata de operação de transmissão de imóvel gratuita.

QUESTÃO 54

Escritura Pública de Constituição de Garantia Hipotecária, tendo por objeto imóvel rural, e não havendo qualquer menção quanto ao prazo de vencimento da dívida, é:

- a) Nula, por contrariar preceito do Estatuto da Terra.
- b) Plenamente eficaz, mesmo em relação a terceiros.
- c) Nula de pleno direito, pois a fixação do prazo de vencimento da garantia é preceito legal inafastável.
- d) Plenamente eficaz, gerando efeitos entre os contratantes, mas inválida em relação a terceiros.
- e) Nenhuma das respostas acima está correta.

QUESTÃO 55

Carlos Mendes, deficiente visual, professor universitário, apresenta a você papel escrito por seu advogado, dizendo tratar-se de seu testamento cerrado. Pede-lhe que seja aprovado. Você, Tabelião, como procederá?

- a) Lavro o Auto de Aprovação circunstanciando o fato de o testamento ter sido escrito por outrem, a pedido do testador, e, ainda, o fato de o testador ser cego.
- b) Não posso lavrar o Auto de Aprovação, pois o testamento obrigatoriamente tem que ser escrito pelo testador.
- c) Não posso lavrar Auto de Aprovação de Testamento Cerrado de deficiente visual.
- d) Lavro o Auto de Aprovação, faço uma leitura do instrumento e peço que uma testemunha também o faça.
- e) Nenhuma das respostas acima está correta.

QUESTÃO 56

Quando, num só testamento, duas pessoas efetuam disposições testamentárias em retribuição de outras correspondentes, temos:

- a) Testamento recíproco.
- b) Testamento simultâneo.
- c) Testamento correspectivo.
- d) Testamento especial.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 57

Pedro de Oliveira outorga a Mário dos Santos Escritura de Compra e Venda com Pacto de Retrovenda, tendo por objeto imóvel urbano de sua propriedade. Quatro anos depois, as partes comparecem em Cartório e pedem a você, Tabelião de Notas, a lavratura da Escritura de Retrovenda. Como proceder?

- a) Não lavro a Escritura de Retrovenda, pois o instituto está derogado.
- b) Lavro simples Escritura de Compra e Venda, sem a necessidade de recolhimento de tributos.
- c) Lavro Escritura de Retrovenda, dando cumprimento ao que foi contratado na primeira escritura.
- d) Lavro simples Escritura de Compra e Venda, com exigência dos tributos devidos e demais documentos estabelecidos em lei.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 58

Maria da Silva, brasileira, viúva, do lar, vende e outorga Escritura Pública de Compra e Venda a Pedro da Silva, seu filho, solteiro, motorista. A esta escritura, já registrada, não compareceram os demais descendentes da vendedora. O comprador toma conhecimento da irregularidade do ato, que pode acarretar-lhe problemas futuros. Procura você, Tabelião de Notas, e pede-lhe uma solução.

- a) Faço anotação à margem da escritura, declarando que os demais descendentes da vendedora, ouvidos por mim, concordaram com a venda.
- b) Lavro escritura pública onde os demais descendentes da vendedora, maiores e capazes, dão sua expressa anuência à venda, convalidando o ato anterior.

- c) Uma vez que a escritura encontra-se registrada, encaminho os demais descendentes ao Oficial Registrador competente.
- d) Por tratar-se de verdadeira cessão em favor de Pedro da Silva, mando recolher o tributo devido e lavro a Escritura de Re-ratificação.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

QUESTÃO 59

Manuel da Silva faleceu deixando 5 herdeiros. Pedro da Silva, um dos herdeiros, solicita que lhe seja lavrada Escritura Pública de Renúncia Gratuita de Direitos Hereditários em favor de sua irmã mais nova, Rosa da Silva. Você, Tabelião de Notas:

- a) Lavra a escritura, desde que recolhido o ITCD.
- b) Lavra a escritura, desde que recolhido o ITBI.
- c) Lavra a escritura sem necessidade de qualquer recolhimento de imposto.
- d) Não lavra a escritura, pois se trata de ato a ser praticado exclusivamente por termo nos autos do inventário.
- e) Não lavra a escritura sem a anuência dos demais herdeiros.

QUESTÃO 60

Antônio comparece em Cartório e solicita lhe seja lavrada Escritura de Hipoteca de um imóvel rural, em benefício de seu credor Breno. A hipoteca confere direito real ao credor. Não apresentaram comprovante do pagamento do ITBI. Como proceder?

- a) Lavro a escritura normalmente sem exigir o recolhimento do tributo.
- b) Solicito às partes o prévio recolhimento do tributo.
- c) Solicito às partes apresentação de certidão passada pelo Município declarando a isenção do imposto.
- d) Lavro a escritura, pois o comprovante do pagamento do imposto devido pode ser apresentado ao Oficial Registrador no ato da inscrição da hipoteca.
- e) Lavro a escritura, pois as partes têm até 30 dias para recolherem o tributo devido.

PROVA ESPECÍFICA - CÓD. 08

TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS

QUESTÃO 41

Constituem características do título de crédito, EXCETO:

- a) Literalidade.
- b) Autenticidade.
- c) Abstração.
- d) Autonomia.
- e) Formalismo.

QUESTÃO 42

Pelo princípio da inoponibilidade das exceções aplicável aos títulos de crédito:

- a) o endossante, após o pagamento do débito, poderá cobrá-lo regressiva-mente do devedor principal ou de qualquer garantidor que lhe tenha ante-cedido.
- b) o portador apenas poderá exigir do devedor principal o pagamento do principal acrescido de juros legais.
- c) o avalista ficará desobrigado do pagamento perante o portador caso este não tenha promovido o protesto do título no prazo legal.
- d) o obrigado em um título de crédito não pode recusar o pagamento ao portador alegando suas relações pessoais com o sacador ou outros obri-gados anteriores do título.
- e) o portador do título terá direito de exigir o seu pagamento primeiramente do devedor principal e, somente após, poderá exigi-lo dos respectivos ga-rantidores.

QUESTÃO 43

São consideradas espécies de títulos de crédito, EXCETO:

- a) Contrato.
- b) Cheque.
- c) Letra de câmbio.
- d) Duplicata de serviços.
- e) Conhecimento de transporte.

QUESTÃO 44

Legalmente, o protesto de uma duplicata mercantil sem aceite do sacado:

- a) Constitui ato violador dos direitos do devedor, sujeitando o credor à inde-nização por danos morais e materiais.
- b) Impedirá o devedor de promover sua autofalência.
- c) Garantirá ao credor o direito de propor ação monitória ou ordinária contra sacado.
- d) Não produzirá nenhum efeito jurídico constitutivo ou modificativo de direi-tos.
- e) Constitui um dos requisitos necessários para que o credor possa propor ação de execução em face do sacado e seus garantidores.

QUESTÃO 45

O protesto por falta de pagamento de uma nota promissória é considerado necessário para que:

- a) o portador possa exercer os seus direitos de ação contra o emitente.
- b) o portador possa exercer os seus direitos de ação contra os endossantes.
- c) o portador possa exercer os seus direitos de ação contra o avalista do emitente.
- d) o endossante possa garantir o direito de regresso contra o seu respectivo avalista.
- e) o endossante possa garantir o direito de regresso contra o emitente.

QUESTÃO 46

Segundo a Lei n. 9.492, de 10-9-1997, o protesto é o ato formal e solene:

- a) indispensável ao exercício do direito de ação do credor contra o devedor principal e seus garantidores.
- b) capaz de interromper a prescrição do direito de ação do credor.
- c) pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos de crédito e outros documentos de dívida.
- d) cuja principal finalidade é caracterizar o estado de mora das dívidas contratuais.
- e) de natureza judicial, que faz comprovar a apresentação do título para pagamento ao seu respectivo devedor.

QUESTÃO 47

Constituem atos de competência privativa do Tabelião de Protesto de Títulos, EXCETO:

- a) receber o pagamento.
- b) resolver as dúvidas não solucionadas no Tabelionato.
- c) fornecer certidões relativas a todos os atos praticados.
- d) lavrar e registrar o protesto.
- e) proceder às averbações.

QUESTÃO 48

Sobre a distribuição, apresentação e protocolização dos títulos para protesto, está CORRETO afirmar:

- a) Não cabe ao tabelião de protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade.
- b) A irregularidade formal observada pelo tabelião não obstará o registro do protesto.
- c) Não podem ser protestados títulos em moeda estrangeira.
- d) Nas localidades onde houver apenas dois Tabelionatos de Protesto de Títulos a distribuição é facultativa.
- e) Os documentos apresentados no Tabelionato deverão ser protocolizados no prazo de três dias, obedecendo à ordem cronológica de entrega.

QUESTÃO 49

De acordo com o artigo 12 da Lei 9.492, de 10-9-1997, o protesto será registrado no seguinte prazo:

- a) dentro de três dias úteis, contados da protocolização do título.
- b) dentro de vinte e quatro horas, contados da intimação do devedor.
- c) dentro de setenta e duas horas, contados da apresentação do título no Tabelionato.
- d) dentro de dois dias úteis, contados da intimação do devedor.
- e) dentro de dois dias corridos, contados da protocolização do título.

QUESTÃO 50

Sobre a intimação do protesto, é INCORRETO afirmar:

- a) A remessa de intimação poderá ser feita por portador do próprio tabelião.
- b) Será feita por edital se ninguém se dispuser a receber a intimação no endereço fornecido pelo apresentante.
- c) A comprovação do recebimento da intimação deverá ser feita pelo aviso de recebimento (AR), não se admitindo outros meios de comprovação.
- d) Aquele que fornecer endereço incorreto, agindo de má-fé, responderá por perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas ou penais.
- e) A intimação deverá conter, entre outras informações, o prazo limite para o cumprimento da obrigação no Tabelionato.

QUESTÃO 51

A respeito de sustação de protesto, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) Permanecerão no Tabelionato, à disposição do juízo respectivo, os títulos cujo protesto for judicialmente sustado.
- b) O pagamento de título que esteja com protesto judicialmente sustado somente poderá ser feito com autorização judicial.
- c) Revogada a ordem de sustação, não há necessidade de se proceder à nova intimação do devedor.
- d) A recusa de aceite ou de pagamento, efetuadas através do Cartório de Títulos e Documentos, produzem os mesmos efeitos da sustação de protesto.
- e) A sustação é ato que deverá ocorrer antes da lavratura e registro do protesto.

QUESTÃO 52

A respeito de pagamento a ser efetuado perante o Tabelionato de Protesto, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) Quando do pagamento ainda subsistirem parcelas vincendas, será dada quitação da parcela paga em apartado, devolvendo-se o original ao apresentante.
- b) O pagamento será feito no valor igual ao declarado pelo apresentante, acrescido dos emolumentos e demais despesas.
- c) Não poderá ser recusado pagamento oferecido dentro do prazo legal perante o Tabelionato competente e dentro do horário de funcionamento dos serviços.
- d) A quitação dada pelo tabelionato, em caso de pagamento por meio de cheque, não fica condicionada à liquidação deste.
- e) O valor devido será colocado à disposição do apresentante no primeiro dia útil subsequente ao do recebimento.

QUESTÃO 53

Constituem modalidades de protesto:

- a) Por falta de pagamento, especial e registro de mora.
- b) Por falta de pagamento, de apresentação ou devolução.
- c) Por falta de pagamento, por apontamento de débito e por recusa de aceite.
- d) Por falta de pagamento, por pagamento parcial e por extravio de título.
- e) Por falta de pagamento, de aceite ou de devolução.

QUESTÃO 54

O registro do protesto e seu instrumento, entre outros apontamentos, deverão conter, EXCETO:

- a) Indicação dos intervenientes voluntários e das firmas por eles honradas.
- b) Nome do apresentante e endereço.
- c) Nomes dos avalistas do título e endereços.
- d) Data e número de protocolização.
- e) Nome, número do documento de identificação do devedor e endereço.

QUESTÃO 55

Sobre registro e averbações de protesto, é CORRETO afirmar:

- a) Os termos dos protestos lavrados, sob qualquer modalidade, serão registrados em um único livro.
- b) O deferimento de processamento de concordata impede o protesto.
- c) O solicitante deverá assumir o pagamento dos emolumentos de averbação de retificação de erros materiais no registro do protesto.
- d) É obrigatória a transcrição literal do documento no registro e no instrumento de protesto, ainda que o tabelião conserve cópia reprográfica do título em seus arquivos.
- e) A averbação de retificação de erros materiais pelo serviço não poderá ser efetuada de ofício pelo tabelião.

QUESTÃO 56

Sobre cancelamento do registro de protesto, é INCORRETO afirmar:

- a) Quando a extinção da obrigação decorrer de processo judicial, o pedido de cancelamento basear-se-á em certidão expedida pelo juízo processante, com menção do trânsito em julgado.
- b) Poderá ser solicitado por qualquer interessado, mediante apresentação do documento protestado.
- c) Na impossibilidade de apresentação do original do título ou documento de dívida protestado, será exigida declaração de anuência do credor, com identificação e firma reconhecida.
- d) Caberá privativamente ao Tabelião aprovar o pedido de cancelamento fundado em outro motivo que não no pagamento do título.
- e) Em caso de apresentação para protesto por endosso-mandato, o pedido de cancelamento poderá ser feito com base em declaração de anuência passada pelo credor endossante.

QUESTÃO 57

Sobre certidões e informações do protesto, é INCORRETO afirmar:

- a) Das certidões não constarão os registros cujos cancelamentos tiverem sido averbados, salvo por requerimento escrito do próprio devedor ou por ordem judicial.
- b) As certidões solicitadas abrangerão o período mínimo dos cinco anos anteriores, contados da data do pedido, salvo quando se referir a protesto específico.
- c) Mesmo que constatada a homonímia pelo confronto do número de documento de identificação, a certidão negativa de protesto dependerá de autorização judicial.
- d) As certidões, em forma de relação, para as entidades representativas serão

consideradas de informação reservada e não poderão ser divulgadas.

e) O tabelião de protesto expedirá as certidões solicitadas no prazo de cinco dias úteis.

QUESTÃO 58

Tabelionato de Protesto deverá conservar os seus arquivos, pelo menos, durante os seguintes prazos abaixo, sendo INCORRETO afirmar:

- a) O prazo de arquivamento dos livros de registro de protesto e respectivos títulos é de dez anos.
- b) Os mandados judiciais de sustação de protesto deverão ser conservados até a solução definitiva por parte do Juízo.
- c) As intimações e editais correspondentes a documentos protestados e ordens de cancelamento serão conservados por um ano.
- d) As intimações e editais correspondentes a documentos pagos serão conservados por seis meses.
- e) Os livros e documentos microfilmados deverão ser conservados pelo prazo de cinco anos.

QUESTÃO 59

A respeito dos tabeliães de protesto, é INCORRETO afirmar:

- a) Sua remuneração será paga através de emolumentos, salvo quando o serviço for estatizado.
- b) A reprodução pelo tabelião de qualquer título ou documento arquivado no tabelionato somente guardará o mesmo valor do original, quando restaurado judicialmente.
- c) São civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem.
- d) Para a prestação dos serviços de protesto, poderão adotar sistemas de computação, microfilmagem e quaisquer outros meios de reprodução, independentemente de autorização.
- e) Poderão exigir o depósito prévio dos emolumentos e demais despesas devidas.

QUESTÃO 60

Os serviços concernentes ao protesto, que ficam sujeitos ao regime estabelecido na Lei n. 9.492, de 10-09-1997, são garantidores, EXCETO:

- a) da imprescritibilidade dos atos jurídicos.
- b) da publicidade dos atos jurídicos.
- c) da segurança dos atos jurídicos.
- d) da autenticidade dos atos jurídicos.
- e) da eficácia dos atos jurídicos.